

**Ata da Reunião Ordinária do dia 09 de abril de 2025 do Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais – CEPCT/PR**

Ao nono dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco às nove horas (9h) da manhã, reuniram-se na Secretaria de Infraestrutura e Logística – SEIL os membros do Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Misael Jefferson Nobre/Ilhéus/Titular, Conceição Vieira Ramos Constante/Caiçaras/Titular, Laysmara Carneiro Edoardo/Povos de Terreiro/Titular, Nardi Terezinha Casanova/Povos Ciganos/Suplente, Jean Gonçalves Barreto/Quilombola/Titular, Rosemary Ferreira da Silva/Quilombola/Titular, José Ribeiro da Silva/Ilhéus/Suplente, Suely Alipio dos Santos/Cipozeira/Titular, Rosalina Gomes dos Santos/Benzedeira/Titular, Silvana Rodrigues Quintilhano/Povos de Terreiro/Titular, Dimas Gusso/Faxinalenses/Suplente, Tatiane Iovanovitchi/Povos Ciganos/Titular, Laura Rosa de Lima/Quilombola/Suplente. **Conselheiros do Poder Público:** Josil/SEIL, Felipe Kamaroski/SEMIPI/Titular, Lucimar Pasin de Godoy/SESA/Titular, Sandra Aparecida da Silva/SEED/Titular, Clemilda Santiago Neto/SEMIPI/Suplente, Claudia Chipon Staude/SEEC/Suplente, Daniele Martin Sandri/SEAB/Titular, Douglas Henrique Novelli/SEJU/Suplente, Nara Lucia da Silva/SEDEST/Titular, Renê Wagner Ramos/SETI/Titular, Aloísio Justino do Nascimento/SEDEF/Titular, Amanda Sousa Araujo/SEIL/Suplente, Isabel Cristina/SETI/Suplente. **Convidados e ouvintes:** Ge Figueiredo/COPCT, Natália Schmidt/COPCT, Lucas/NUPIER, Franciele Alves/COPEL, Luiz Faraco/ICMBio, Ronaldo/SEDEST, Reginaldo/SANEPAR. **Secretária Executiva:** Hayanne Iovanovitchi. **Presidente:** Gustavo Mussi.

**Pautas:** 1. Abertura e Boas Vindas do Presidente; 2. Apreciação e aprovação da pauta; 3. Aprovação da ata de fevereiro; 4. Informes Gerais; 5. Relato das Câmaras; 6. Eleição da nova Diretoria; 7. Criação de Conselho Municipal de PCTs em Dr. Ulysses – solicitação da comunidade Quilombola do Gramadinho; 8. Recomendação para o Estado do Paraná aderir a Resolução CNS715/2023 - do tratamento de religiões de matrizes africanas como práticas de terapias integrativas e complementares do SUS. (Modelo: Rio de Janeiro); 9. Procedimento Operacional Padrão (POP) para agentes públicos que atuam em contextos envolvendo Povos de Terreiro; 10. Inclusão de cadeiras para mulheres de povos e comunidades tradicionais no Conselho Estadual da Mulher; 11. Programa aproxima – Justiça Federal; 12. Formação do GT POP (Procedimento Operacional Padrão) para atendimentos aos PCTs; 13. Formação do GT portaria 241/ IAT( Extração de produtos não madeirável, por PCTs em Ucs); 14. Projeto placas solares para o PCT ilhéus do Rio Paraná; 15. Exigência de Licença Ambiental pela prefeitura de Curitiba para realização de ritos religiosos de matriz africana; 16. Apresentação da DPE acerca das ações direcionadas aos Povos de Terreiro. 17. Encerramento.

38 **Presidente** dá as boas vindas. Ressalta ser sua última reunião ordinária sob sua  
39 presidência. Inicia a reunião com a leitura das pautas. **Pauta: 3. Aprovação da ata de**  
40 **fevereiro. Presidente** questiona se há alguma alteração a ser realizada. Plenária não se  
41 manifesta. Aprovada. **Pauta: 5. Relato das Câmaras. Presidente** compartilha que não há  
42 pauta nas câmaras, pois não tiveram retorno. **Pauta: 8. Recomendação para o Estado**  
43 **do Paraná aderir a Resolução CNS715/2023 - do tratamento de religiões de matrizes**  
44 **africanas como práticas de terapias integrativas e complementares do SUS.**  
45 **(Modelo: Rio de Janeiro). Laysmara/Povos de Terreiro** informa que essa pauta está  
46 retirada. **Pauta: 11. Programa aproxima – Justiça Federal. Presidente** comunica que a  
47 pauta foi apresentada no dia anterior. **Presidente** questiona se a pauta 9 e a pauta 12  
48 podem ser tratadas juntas. **Laysmara/Povos de Terreiro** informa que solicitam uma  
49 inversão de pautas, da pauta 12 e pauta 16 ficarem para o período da tarde. **Presidente**  
50 permite. **Inclusão de pautas:** 18. Votos à Claudio Iovanovitchi; 19. Acesso ao Vale do  
51 Monge para romarias; 20. Manifestação ao Conselho de Patrimônio do município de  
52 Curitiba sobre o Projeto de transformação das religiões de matriz africana em Patrimônio  
53 Imaterial; 21. Atribuição da secretaria-geral; 22. Curso de formação de conselheiros da  
54 sociedade civil pelo IFPR; 23. Criação do GT do Plano Estadual de Políticas Públicas para  
55 PCTs; 24. Sistematização de demandas PCTs para o orçamento de 2026; 25. Violência  
56 sexual no quilombo de Adelaide; 26. Minutas de documentos a serem apresentados pelo  
57 presidente. **Pauta: 4. Informes Gerais.** Plenária realiza os informes. **Presidente** indica  
58 que no decreto que vai regulamentar o licenciamento ambiental do Paraná foi inserido a  
59 previsão da Consulta Livre Prévia e Informada para as comunidades tradicionais com  
60 acompanhamento do Conselho. Por conta da atuação do Conselho foram chamados para  
61 contribuir na redação do decreto. **Lucimar/SESA** expressa que isso é um avanço e, o  
62 quanto é importante olhar para trás e trazer a memória da esperança. **Presidente** reforça  
63 que isso foi muito em função das consultas que aconteceram, e de perceberem que o  
64 Conselho é uma parceria que pode contribuir muito no processo. **Clemilda/SEMIPI**  
65 lembra que não podem ignorar toda a articulação feita pelo presidente para que isso  
66 acontecesse. Na Conferência apanharam bastante e foi aberta a porta para que os PCTs  
67 fossem ouvidos, coisa que nunca havia acontecido. Os conselheiros governamentais  
68 precisam dos conselheiros da sociedade civil e vice-versa para que construção aconteça.  
69 **Presidente** explica mais a respeito do decreto. Nos processos de licenciamento que  
70 atinjam comunidades tradicionais está previsto a execução da CPLI com  
71 acompanhamento do Conselho. O decreto não vai legislar sobre outros que não sejam  
72 licenciamento. **Misael/Ilhéus** relata que em 2000 quando foram expulsos, os ilhéus não  
73 não existiam para o estado, somente em 2012, depois de anos de esforços, conseguiram  
74 com a concretização do CEPCT. E assim começou um trabalho onde poderiam sentar,  
75 discutir e ser ouvidos. Comenta que uma grande dificuldade que o Conselho tem é que  
76 não são todos os segmentos que tem protocolo de consulta. E pessoas do próprio  
77 governo que não conhecem o trâmite e como deve ser aplicado na prática dentro dos  
78 territórios. Sem Conselho não teriam essas portas abertas e dialogar sobre suas

79 demandas. É um grande avanço. Agradece ao trabalho que o Presidente Gustavo Mussi  
80 têm feito. **Dimas/Faxinalenses** anuncia com relação as RDS (Reservas de  
81 Desenvolvimento Sustentável) que estão em uma fase muito importante agora. São  
82 demandas de mais de 10 anos, e a partir de um seminário que aconteceu em Brasília  
83 algumas RDS entram em prioridade no Estado, os faxinais São Roquinho e Bom Retiro.  
84 Dia quinze às nove horas da manhã será a consulta pública, convida o Conselho para  
85 acompanhar. Reforça que isso são os frutos da luta. **Laysmara/Povos de Terreiro** relata  
86 que a Igreja de Rebouças vai ser tombada pelo município. A plenária comemora a  
87 importância dessas conquistas. Encerrados os informes. **Pauta: 19. Acesso ao Vale do**  
88 **Monge para romarias.** **Clemilda/SEMIPI** menciona que conversou com a conselheira  
89 Rosalina e com a conselheira Ana Maria, com relação ao Parque Estadual do Monge.  
90 Disseram que o Parque não está fechado mas os ônibus romeiros não podem chegar lá.  
91 Pelo menos uma vez ao ano benzedeadas e benzedores do Estado todo vão ao Parque  
92 para se reenergizar e voltar para as suas comunidades e dar continuidade nos seus  
93 trabalhos de oração. Foi realizado um levantamento de onde estão localizados as  
94 pessoas que representam as passagens das romarias pelo Estado, são 42 municípios. As  
95 benzedeadas e os benzedores precisam ao menos uma vez ao ano ter a possibilidade de  
96 frequentar o Parque. Gostariam de solicitar por meio de ofício um auxílio da SEMIPI e de  
97 outros órgãos como o IAT para solucionar essa questão. **Clemilda/SEMIPI** afirma que  
98 elaborou um documento com mapas e pode disponibilizar para todos entenderem melhor.  
99 **Laysmara/Povos de Terreiro** pergunta se o Parque está concedido. Plenária discute mas  
100 não sabem dizer, reforçam que um diálogo precisa acontecer. **Rosalina/Benzedeadas** diz  
101 que quando foi feito o tombamento, tiveram que mexer com vários documentos, questões  
102 de terreno que tivessem dono e precisaram de assinatura em muitos documentos. Afirmou  
103 que não queria fazer todo o processo porquê ninguém iria dar os documentos para fazer o  
104 trabalho. Queria deixar no tombamento municipal para caso acontecer do prefeito aceitar  
105 e ser colaborativo, o trabalho seria mais simples. Mas não arriscaria de colocar seus  
106 documentos. Complementa que está fazendo um levantamento de um olho d'água no  
107 município de Irati, que fica dentro de um terreno privado, mas está muito abandonado. Já  
108 oficializou o prefeito pedindo que tenha uma estrada de ida e volta e que o próprio  
109 município cultive o local que é santuário para as comunidades. Não sabe dizer em que pé  
110 está, mas está em andamento. Irão esperar para ver se vai ser preciso fazer outro ofício.  
111 **Laysmara/Povos de Terreiro** fala que há risco de contaminação. **Rosalina/Benzedeadas**  
112 concorda. Reforça que a terra foi arrendada há muito tempo mas em 50 metros já chega  
113 no olho. Sugere que seja feita uma feita uma capelinha, que tenha mais cuidado com o  
114 santuário porquê ali já foram feitos milagres. **Presidente** expressa que essa questão dos  
115 santuários tem que ser previstas para o Plano. Mas precisam de um encaminhamento  
116 para a questão específica do Parque Estadual do Monge. A questão da preservação dos  
117 santuários será colocada no plano por ser uma demanda que já veio desde a conferência.  
118 **Sandra/SEED** diz que essa demandas tem dois lados, um de acesso envolvendo cultura,  
119 religião e para além disso, a questão de preservação das nascentes. Sugere uma

denúncia ao IAT de contaminação de uma fonte. **Presidente** argumenta que podem dar esse encaminhamento tomando como exemplo os mata-burros dos faxinalenses, no qual o MP retornou para que citassem os faxinais em quais municípios. Precisam ser bem específicos, o encaminhamento precisa ser bem mapeado. **Rosalina/Benzedeiras** expõe que o olho d'água de São João Maria de Rebouças está contaminado. **Presidente** confirma com a conselheira se é só esse que precisa de observação. **Rosalina/Benzedeiras** fala que também tem outro em Irati. **Nara/SEDEST** indica que essa demanda de contaminação é do IAT. Mas pode levar para o IAT e então podem fazer uma verificação. **Presidente** sugere que oficiem o IAT e informem o protocolo, então a conselheira toma conta do protocolo para o Conselho. **Nara/SEDEST** solicita que o protocolo também seja enviado a ela, pois pode fazer articulação. Encaminhamentos:  
1.Ofício para SEMIPI para fazer a gestão, obter mais informações sobre o Parque Estadual do Monge, se existe concessão ou se é municipal, ou se está no IAT, para acesso dos ônibus romeiros. 2.Ofício de solicitação ao IAT para fiscalizar a contaminação dos olhos d'água de São João Maria nos municípios de Rebouças e Irati conforme mapeamento que será anexado. **Laysmara/Povos de Terreiro** pede para inverterem a pauta. Gostaria de tratar a pauta 9 e 12 já, juntas. **Pautas: 9. Procedimento Operacional Padrão (POP) para agentes públicos que atuam em contextos envolvendo Povos de Terreiro; 12. Formação do GT POP (Procedimento Operacional Padrão) para atendimentos aos PCTs.** **Presidente** relata que foi solicitado em reunião que a SUDIS constituísse um GT governamental para elaboração do POP de PCTs. Com POP estariam envolvidos sobretudo a Secretaria de Segurança. Foi publicado e agora está na fase de encaminhar os ofícios para os órgãos que vão compor para indicação dos membros. Gustavo Mussi ficou como coordenador desse GT pela SUDIS. Fazem parte a SUDIS, SEMIPI, SEJU, SESP e Defensoria Pública. Esse GT é da parte gov mas já está previsto um grupo de suporte da sociedade civil e quem mais quiser auxiliar. **Misael/Ilhéus** questiona se o GT é composto só por gov. **Presidente** afirma, e ressalta que não tem permissão para fazer de outro jeito. É uma forma de fazer com que o governo opere. **Misael/Ilhéus** diz não concordar. Estão falando sobre um trabalho que vai tratar de um POP, que vai atingir principalmente a atuação em cima das comunidades tradicionais e a sociedade civil não faz parte integrando o trabalho. Acha que deveriam sim fazer parte, tanto gov quanto a sociedade civil deveriam indicar as pessoas que podem contribuir. **Presidente** declara que não foi dito que a sociedade civil não participaria. O GT que é feito por resolução e não decreto não pode ser montado com sociedade civil. No Conselho vão compor um grupo para trabalhar com esse GT. **Misael/Ilhéus** pergunta se isso não é atribuição do Conselho. Se está sendo solicitado diante do Conselho, dentro das câmaras temáticas poderia se criar um grupo de trabalho. **Presidente** afirma que pode-se formar esse grupo de trabalho mas para que isso aconteça dentro o governo precisa ter esse GT do gov. **Laysmara/Povos de Terreiro** manifesta que entende todo o trâmite de funcionamento mas realmente é uma preocupação não ter uma participação tão ativa e tão direta dentro desse estudo.

161 **Presidente** reforça novamente que não foi dito que não irá ter presença civil, o GT do  
162 governo tem que existir para inclusive chamar a sociedade civil para conversar.  
163 **Laysmara/Povos de Terreiro** argumenta que ficou entendido, mas ainda sim foi usado o  
164 termo colaborador, são colocados em outra posição. A sociedade civil tem suas  
165 demandas, precisa ter a participação em virtude das especificidades de cada  
166 comunidade. Também complementa, que as comunidades têm pessoas com formação  
167 técnica, pessoas da universidade, que podem contribuir de uma maneira técnica em um  
168 GT formado pelo governo, no qual gostariam de essas pessoas também compusessem.  
169 Propõe que seja criado o GT do Conselho com estes convidados para realizar apoio  
170 técnico. Podem caminhar em duas frentes. **Presidente** diz que esse GT é uma  
171 formalidade para conduzir o processo, eles são a instância que vai receber e dialogar.  
172 **Nardi/Povos Ciganos** expõe que quem sabe dos problemas da comunidade é a própria  
173 comunidade, então em algum momento o governo vai procurar a comunidade tradicional.  
174 Diz que deveriam estar junto. **Presidente** exemplifica usando como base a sua  
175 participação no GT do Parque do Mate. É no mesmo formato, com todos os órgãos do  
176 Estado participando e as reuniões acontecem com a comunidade do Parque do Mate o  
177 tempo todo. **Clemilda/SEMIPI** afirma que o Estado é uma estrutura muito grande e  
178 funciona muito vagarosamente. Algumas instituições vêm para trabalhar atendendo as  
179 demandas das comunidades. O Estado precisa ter a própria organização porquê existem  
180 estruturas que não sabem da existência da CPLI por exemplo, e a partir disso não vão  
181 existir respostas adequadas. Após a Conferência foi percebido que é preciso de grupos  
182 para trabalhar direto com a comunidade para entender as demandas. Estavam discutindo  
183 as necessidades prioritárias das comunidades, que foi colocado na conferência, mas são  
184 as comunidades que devem falar antes do plano... **Presidente** coloca que essa será  
185 outra pauta. **Clemilda/SEMIPI** ressalta que não estão entendendo. **Laysmara/Povos de**  
186 **Terreiro** manifesta que todos estão entendendo os fluxos de funcionamento do Estado  
187 mas ainda sim discordam da forma como ocorre. Querem encontrar uma maneira de  
188 participar de forma mais ativa dentro do GT oficial. Entende a intenção da fala de  
189 Clemilda, mas ouvem muito no meio de discussões mais sérias uma tentativa de  
190 explicação, como se não entendessem do funcionamento da instituição e aspecto jurídico.  
191 **Clemilda/SEMIPI** diz que não foi isso. O problema não é com as comunidades.  
192 **Laysmara/Povos de Terreiro** indica que todos as práticas e as políticas vêm de cima  
193 para baixo, porquê as comunidades não entendem e o governo precisa fazer no lugar  
194 deles. O Estado é paternal, como foi com os povos indígenas o Estado tem que fazer por  
195 eles porquê eles não tem capacidade. **Presidente** expõe que a forma que foi dada, foi a  
196 forma que colocaram possível. Existem duas possibilidades, o GT por decreto que só sai  
197 pela governadoria, em que precisam entrar em uma fila, e o GT por resolução, que por  
198 resolução o limite seria somente órgãos do governo. Esse GT é um interlocutor do  
199 governo com a sociedade civil. Ele que executa dentro das estruturas, as demandas.  
200 Talvez exista confusão com relação aos nomes de GT. Será criado um GT do Conselho  
201 ou então só de sociedade civil para dialogar com o GT do poder público que vai



202 efetivamente operacionalizar a elaboração do POP. Quem tem a atribuição de fazer é o  
203 Estado. **Laysmara/Povos de Terreiro** declara que pode não ser a melhor forma, mas  
204 talvez a mais rápida e funcional. Acredita que precisam de um estatuto do GT do  
205 Conselho, para ser apresentado como um protocolo de consulta e a partir de então ser  
206 produzido o POP, com a consulta ao Conselho. **Presidente** sugere que após a  
207 constituição do GT do governo, na primeira reunião estabelecer que esse será o  
208 procedimento padrão. **Lucas/DPE** fala que devem lembrar que mesmo representando o  
209 Estado, os gov estão ali pelos interesses do PCTs. Entende a questão da  
210 institucionalidade, mas estarão garantindo a defesa dos interesses das comunidades.  
211 **Misael/Ilhéus** diz que se preocupa. Existem algumas normativas e portarias criadas pelo  
212 governo que coloca os direitos das comunidades tradicionais em risco. Com exemplo da  
213 portaria 241, que as comunidades não foram ouvidas e está travada com as comunidades  
214 pedindo por mais de 2 anos a revisão. Foi realizada de forma que não atende as  
215 demandas das comunidades. É fundamental o apoio da DPU quando tem a questão de  
216 áreas de território que envolve o ICMBio. Vai ser necessário também a presença do  
217 ICMBio junto aos órgãos da união para poder respeitar o POP. Um grande problema é  
218 que não existe regra que segue após governo, que segue em troca de chefias. Tudo é  
219 esquecido. Precisam fazer algo bem robusto, bem consistente. Achou que o Conselho  
220 teria a atribuição de criar um GT da sociedade civil com apoio para construir o POP. Só é  
221 possível criar o POP ouvindo as comunidades e suas especificidades. Plenária discute.  
222 **Presidente** compartilha que o mais fácil seria na primeira reunião do GT governamental  
223 fique definido que todo o procedimento vai ser feito junto do Conselho. Plenária afirma  
224 que isso já deveria estar no decreto. **Presidente** ressalta que não tem decreto, é  
225 resolução. Na resolução existe autonomia, é o Conselho que pode fazer.  
226 **Laysmara/Povos de Terreiro** diz ser um ponto positivo mas o grande problema foi a  
227 inversão da solução. Primeiro deveria passar pelo Conselho. Na constituição do GT via  
228 Estado, a sociedade civil acaba entrando como convidados e não são convidados.  
229 Plenária discute. **Misael/Ilhéus** declara que sentaram, indicaram os seus membros,  
230 indicaram os apoiadores, estavam preocupados em formar um GT para fazer a coisa  
231 acontecer, onde as comunidades fossem donas da construção. **Clemilda/SEMIPI** reforça  
232 que o GT não é para construção do plano. Plenária discute sobre o que será acolhido e o  
233 que não será das demandas. **Presidente** discorda da fala da Laysmara sobre a inversão,  
234 o GT foi um encaminhamento do Conselho e o que a SUDIS pode fazer é isso dentro do  
235 seu poder. **Josil/SEIL** questiona se pode ser incluída uma cláusula na resolução de que  
236 deve ser constituída no âmbito do Conselho que é gov e não gov. **Presidente** afirma. É  
237 uma boa solução, irá pedir para incluir na resolução. **Dimas/Faxinalenses** expressa que  
238 a demanda surgir também dos povos faxinalenses, quando tiveram alguns problemas com  
239 a atuação da Força Verde e a falta de conhecimento deles do que é uma comunidade  
240 tradicional, uma ARESUR, do que são os acordos comunitários. Levaram essa pauta e a  
241 proposta de construir esse POP e trabalhar a formação dos fiscais para entender a  
242 realidade, as práticas, o modo de vida e a lei que ampara. Entre os faxinalenses existem

alguma particularidades, e sem a presença da comunidade indicando o melhor caminho, correm o risco de construir um procedimento que não vai servir. A participação das lideranças é essencial. **Presidente** acredita que o Conselho pode montar o GT e então trabalham em paralelo, e o GT governamental vai escutar. É um instrumento do governo para construir. **Dimas/Faxinalenses** coloca que realizaram um seminário de segurança pública no faxinal Sete Saltos que foi muito bom, mas muitos encaminhamentos não avançaram. Plenária conversa sobre qual encaminhamento será feito. Encaminhamentos:  
1.Reformar a resolução da criação do GT incluindo a participação do CEPCT e do IAT.  
2.Indicação realizada pelo Conselho para o GT: Misael, Marilei, Laysmara, Rosemary, Conceição e Nardi. **Laysmara/Povos de Terreiro** informa que a intenção é fazer com que o POP seja elaborado também em forma de CPLI, para que assim o Conselho participe e componha em pé de igualdade. **Lucas/DPE** questiona se a metodologia vai ser discutida posteriormente. Plenária afirma. **Jean/Quilombolas** pergunta sobre gerar material ilustrativo para as comunidades terem posse. **Laysmara/Povos de Terreiro** cita que pensa no produto final como algo de PCTs, especificado para cada comunidade. **Presidente** diz que espera que tenha uma linha geral, mais os detalhamentos. **Lucas/DPE** expõe que deve ser pensado nos agentes que já estão na rua. **Laysmara/Povos de Terreiro** fala que os municípios também, inclusive as secretarias de meio ambiente. A ideia é que o POP tenha uma instrução, um documento como esse já vinculado ao plano estadual. **Jean/Quilombolas** sugere que cada comunidade tenha uma cartilha, como forma de instrução das lideranças para que os agentes também vejam as lideranças de outra forma. **Laysmara/Povos de Terreiro** coloca que esse POP já existe para as favelas por exemplo. **Misael/Ilhéus** manifesta que não querem construir para esconder as coisas fora da lei, se alguém dentro do território faz coisa errada será punido conforme a lei. **Laysmara/Povos de Terreiro** indica a inclusão de uma pauta de violência sexual que ocorreu dentro de um quilombo, e reforça que não é a intenção deixar a comunidade sem responder ao código penal. **Misael/Ilhéus** fala que o mapa das comunidades tradicionais no Estado é fundamental para orientação das chefias dos órgãos pois, o último é de 2013. Propõe ao Conselho um trabalho para demarcar onde estão as comunidades no mapa do Paraná, e o governo poderia fazer a inclusão. **Presidente** declara que mais tarde incluirá o sistema de reconhecimento pelo Estado, das comunidades tradicionais. **Pautas: 13. Formação do GT portaria 241/ IAT( Extração de produtos não madeirável, por PCTs em Ucs);** **Misael/Ilhéus** expõe que a portaria 241 é uma reivindicação desde 2015 junto ao IAT. Contextualiza com relação as multas que ocorriam para as comunidades, quando se utilizavam de algum recurso natural das reservas. A resolução foi feita sem a participação das comunidades, motivo pelo qual pede questões técnicas no formulário de forma burocrática, que inviabilizou a aplicação nos territórios de PCTs. A comunidade vêm reivindicando que seja feito um formulário mais simplificado. Foi protocolado ofício do Conselho no IAT solicitando a demanda e a criação de um GT específico para a questão que está parada no IAT (protocolo 23.391.311-1). **Presidente** sugere já propor o formulário. **Nara/SEDEST** diz que o artigo

284 19 cita sobre gratuidade dos serviços previsto na norma por meio de procedimentos  
285 facilitados. Entende que se existir essa solicitação isso pode ser uma alternativa.  
286 **Misael/Ilhéus** questiona quem daria o apoio técnico, pois em seu município não teve  
287 contribuição. **Nara/SEDEST** indica que o ponto seria a verificação de quem estaria  
288 realizando o apoio técnico. **Misael/Ilhéus** relata que isso não afasta a burocracia  
289 solicitada, por isso a ideia é um formulário simplificado. Cita o protocolo relacionado a  
290 solicitação do Conselho para formação do GT para formular o termo. Plenária discute.  
291 **Lucas/DPE** fala que ontem conversou com o André do IAT e ele disse que está com o  
292 Jean. Encaminhamentos: Comissão de Meio Ambiente fará elaboração do formulário  
293 simplificado para apresentar como minuta de alteração da portaria. **Misael/Ilhéus** solicita  
294 para todos os segmentos que tem essa necessidade, que façam um documento  
295 explicando a forma de coleta de recursos naturais de cada um para contemplar todos os  
296 segmentos. **Jean/Quilombolas** ressalta a necessidade da carteirinha para poder coletar.  
297 Pergunta sobre a carteirinha do artesão. **Presidente** explica que podem tirar pela SEMIPI.  
298 **Lucimar/SESA** argumenta a importância da coordenação do artesanato vir para a reunião  
299 e realizar explicações. Plenária afirma que a fala já foi feita, mas a secretária executiva irá  
300 compartilhar o contato da coordenadora. **Misael/Ilhéus** reforça para cada segmento que  
301 traga seus produtos para as reuniões para realizar a mística. **Laysmara/Povos de**  
302 **Terreiro** pede para o Misael explicar sobre a mística para que na próxima reunião se  
303 organizem, considerando a nova composição do Conselho. **Pauta: 5. Relato das**  
304 **Câmaras.** O regimento foi repassado para toda a sociedade civil, mas pela falta de  
305 inclusão do Misael no grupo foi decidido que será apresentado na próxima reunião, para  
306 que possa ser debatido com mais tempo. Encaminhamentos: Plenária propõe uma  
307 extraordinária para tratar sobre a leitura do regimento. **Pauta: 25.Violência sexual no**  
308 **quilombo de Adelaide.** **Rosemary/Quilombolas** relata que uma criança foi violentada  
309 sexualmente por um familiar, não era uma criança quilombola mas frequentava a escola  
310 quilombola. Solicita que a DPE e o Conselho ajudem a comunidade, que se cobre justiça  
311 e atenção especial do município para casos como este. **Lucas/DPE** questiona se sabe  
312 como foi encaminhado o caso. **Rosemary/Quilombolas** fala que sabe que levaram para  
313 o atendimento de saúde. **Sandra/SEED** cita que a Diretora e a coordenação pedagógica  
314 precisa direcionar ao Núcleo Regional de Educação que aciona a rede de proteção, pois  
315 existe um protocolo para a escola proceder. Faz demais orientações. **Laysmara/Povos**  
316 **de Terreiro** comenta que não é somente um caso isolado, o agressor se escondeu e a  
317 comunidade foi atrás. A tendência é decorrerem outras violências. Não é uma pessoa  
318 quilombola e está no território, e isso têm acontecido e a comunidade têm ficado  
319 desprotegida. Propõe ao Conselho que poderia acionar o MP e a prefeitura para uma  
320 ação de proteção da comunidade. Encaminhamentos: oficial ao MP e a prefeitura do  
321 município para uma ação como forma de proteção da comunidade. **Pauta: 6. Eleição da**  
322 **nova Diretoria.** **Presidente** sugere uma data para o gov se reunir e fazer a eleição da  
323 parte que lhe cabe, e a sociedade civil deve informar como será o procedimento. Após  
324 será realizado uma extraordinária para a posse. **Misael/Ilhéus** propõe uma reunião virtual



325 da sociedade civil. **Laysmara/Povos de Terreiro** indica que podem resolver hoje em voto.  
326 Pauta adiada para após o almoço. **Presidente** sugere reunião online do gov, com dia e  
327 horário a ser definido. **Pauta: 7. Criação de Conselho Municipal de PCTs em Dr.**  
328 **Ulysses – solicitação da comunidade Quilombola do Gramadinho.** **Laysmara/Povos**  
329 **de Terreiro** comunica que a pauta foi discutida nas comissões e o encaminhamento já foi  
330 realizado. A conselheira que solicitou a inclusão foi orientada. **Pauta: 22. Curso de**  
331 **formação de conselheiros da sociedade civil pelo IFPR.** **Laysmara/Povos de Terreiro**  
332 diz que existiu o informe do curso para ocorrer em outubro, e entenderam que essa  
333 formação seria técnica e não política. Misael e Marilei fizeram um curso com o Professor  
334 Roberto e propõe que haja uma extensão do Instituto Federal junto da SEMIPI, para que a  
335 sociedade civil realize e ainda incluindo os conselhos indígenas e de igualdade racial.  
336 **Misael/Ihéus** fala que é um curso de 1 ano voltado para os direitos coletivos de PCTs.  
337 **Encaminhamentos: ofício para a SEMIPI solicitando a realização do curso incluindo os 3**  
338 **conselhos da Diretoria da Igualdade Racial para a realização da formação em formato**  
339 **híbrido junto ao IFPR.** Pausa para almoço, com retorno às 13h30. **Presidente** anuncia a  
340 continuidade da reunião. **Lucas/DPE** pede inversão de pautas, para tratar do ponto 16.  
341 Aprovado. **Pauta: 16. Apresentação da DPE acerca das ações direcionadas aos**  
342 **Povos de Terreiro.** **Lucas/DPE** afirma que foi solicitado um ponto de pauta sobre o  
343 protocolo de consulta, que foi desenvolvido junto com parte das religiões de matriz  
344 africana e da Defensoria Pública por meio do NUCIDH que é o Núcleo de Direitos  
345 Humanos e o NUPIER. O protocolo de consulta é um direito assegurado pelo artigo sexto  
346 da convenção 169 da OIT. Essa CPLI é ativada quando há um empreendimento ou uma  
347 lei que pode afetar a comunidade. Como DPE entende a importância das comunidades  
348 terem esse protocolo tendo em vista a quantidade de obras e leis que afetam os PCTs.  
349 Ressalta que o protocolo não precisa ser anterior ao empreendimento, pode ser criado no  
350 decorrer do empreendimento. Esse protocolo de povos de terreiro é como uma base em  
351 que cada terreiro de cada município pode contribuir com suas especificidades. O  
352 protocolo segue em etapas, que o empreendedor deve seguir. As comunidades devem ir  
353 atrás do seus direitos, e em caso de violação devem entrar em contato com o MPPR e  
354 com a DPE para que esse direito seja efetivado. **Conceição/Caiçaras** relata que  
355 receberam um comunicado de construção de estrada e mandaram entrar em um site. E lá  
356 foi dito que a comunidade que mora na beira da estrada deveria falar com um engenheiro  
357 da própria concessionária e um fotógrafo, e haveria um custeio para cada um dos  
358 moradores. Depois que falou com o Lucas, tiveram uma visita do meio ambiente e  
359 questionaram se tinham conhecimento da obra de duplicação, visitaram a comunidade e  
360 conversaram com alguns moradores. **Conceição/Caiçaras** explica que procurou ajuda e  
361 teve a resposta de conversar com a concessionária. Pediu uma instrução. Somente  
362 depois de algum tempo foram até a comunidade e fizeram um cadastro de cada morador.  
363 **Lucas/DPE** fala que nesse caso imaginou ser CPLI mesmo. Vai entrar em contato com a  
364 empresa e verificar como está. A empresa deve explicar tudo como vai se dar a obra, o  
365 cronograma e se já existe a licença prévia. **Conceição/Caiçaras** cita que estão

366 regularizando. Na época que se instalaram não existia essa regularização e não  
367 conseguiriam pensar no crescimento da cidade, mas antes da instalação dos moradores  
368 deveriam ter interferido e não ter deixado a construção das casas. Os moradores hoje não  
369 podem ter prejuízo, sobrevivem da beira da estrada, não podem ter desapropriação.  
370 **Lucas/DPE** indica que devem diferenciar a audiência pública, que contempla a população  
371 como um todo, e CPLI que é direito específico dos PCTs. Irá conversar com a Conceição  
372 sobre o caso relatado. **Misael/Ilhéus** comenta que o pessoal usa muito a questão da  
373 audiência pública, mas para as comunidades é protocolo de consulta. O protocolo de  
374 consulta é uma grande ferramenta e devem ter assessoria jurídica da DPE para fazer  
375 valer. Concorde com o Lucas na fala sobre os órgãos terem conhecimento sobre as  
376 etapas dos protocolo de consulta. Primeiramente deve ser feito uma reunião da  
377 comunidade com o empreendimento sobre o planejamento, com a comunidade guiando  
378 as reuniões. A segunda etapa é informativa, a empresa explica o que será feito e a  
379 comunidade tira todas as dúvidas sobre o projeto. Depois são realizadas as reuniões  
380 internas. E por fim a fase decisória, com as negociações. **Laysmara/Povos de Terreiro**  
381 diz que não é um assunto que será resolvido hoje, em virtude das especificidades das  
382 comunidades de terreiro. Quando se trata de povos de terreiro cada casa é um território  
383 que leva a uma condição que dificulta as reuniões e a questão de impactos difusos e  
384 coletivos. Muitas vezes vêm uma legislação que pode atingir todos os territórios e muitos  
385 desconhecidos. Com relação ao material que saiu, é dito que em virtude da difusão de  
386 territórios é necessário uma centralização institucional. É uma instituição que representará  
387 as comunidades e isso não é protocolo de consulta. Trouxe essa pauta e essa  
388 apresentação do Lucas para que o Conselho ficasse ciente e em outro momento  
389 pudessem conversar sobre, com sugestões e soluções para o segmento. **Lucas/DPE**  
390 coloca que considera fazer essa mesma apresentação do protocolo em outros municípios  
391 e reconhece essa crítica pois ficam muito na capital e região metropolitana e devem  
392 compreender o Estado como um todo, porque as demandas mudam. A plenária expõe  
393 não pode ser colocado uma instituição como em um protocolo de consulta de uma  
394 comunidade que não a reconhece. Todos os terreiros devem reconhecer o protocolo de  
395 consulta. **Lucas/DPE** compartilha que a DPE têm feito o trabalho de ir ao terreiros  
396 próximos de Curitiba e RMC para apresentar e ver se aquela comunidade vai aderir ou  
397 não. **Silvana/Povos de Terreiro** reitera o que foi dito pela Laysmara com relação ao  
398 protocolo de consulta quando se trata do intermédio de uma instituição, porque o  
399 protocolo de consulta por si já é um ato coletivo. 11 terreiros não irão representar todo o  
400 Estado. Reforça que as demandas de cada terreiro são distintas. As consultas são atos  
401 coletivos mas não devem ser com mediações de instituições como intermediários que  
402 representa a comunidade. **Laysmara/Povos de Terreiro** repete o encaminhamento da  
403 última reunião que é formalizar o GT com a DPE e as representantes do Conselho para  
404 começar a pensar e uma condição de estadualização de consulta às outras regiões.  
405 **Secretária Executiva** manifesta que já foi encaminhado o ofício para o NUIER  
406 solicitando a inclusão das conselheiras no GT. **Laysmara/Povos de Terreiro** pede que

possam voltar a essa questão em algum momento para pensarem em uma solução.

**Pauta: 6. Eleição da nova Diretoria.** **Laysmara/Povos de Terreiro** fala que foi realizada uma conversa a respeito da composição da sociedade civil que será presidência e vice-secretaria geral. Os candidatos são Laysmara e Misael para presidência e Jean para vice-secretaria. Não chegaram a um consenso, por esse motivo sugere uma manifestação de cada candidato de 2 minutos. **Misael/Ilhéus** declara que acha que não podem definir isso agora, pois deve ser uma decisão interna da sociedade civil. Sugere fazer uma reunião apenas com a sociedade civil, e convidar então aqueles que não puderam estar presentes na plenária hoje. **Laysmara/Povos de Terreiro** argumenta que com relação a ausência dos outros conselheiros não existe justificativa para não fazer na plenária pois está na pauta. **Misael/Ilhéus** diz novamente ser um momento interno da sociedade civil. **Laysmara/Povos de Terreiro** questiona onde é dito que deve ser um momento interno. **Misael/Ilhéus** cita estar no regimento, a escolha para os cargos sempre foi realizada separadamente, nunca foi em plenária. **Laysmara/Povos de Terreiro** pede para ser apresentado, e em nenhum momento isso é previsto do regimento, pois foi ela que reescreveu o regimento. **Presidente** explica que não é prevista a forma de como devem se organizar para decidir, mas em sociedade civil. A forma como será feito deve ser decidido pela própria sociedade civil. Os conselheiros governamentais farão em reunião separada e depois trarão o que foi decidido. **Laysmara/Povos de Terreiro** sugere encaminhamento de eleição após a reunião com a sociedade civil que está presente. **Misael/Ilhéus** sugere votação para fazer em uma reunião online em outro momento chamando todos os segmentos que estão faltantes. Plenária faz votação. **Laysmara/Povos de Terreiro** lembra que estão em 11 conselheiros, faltam apenas 3. Sugestão da Laysmara é alterada para eleição imediata e não mais ao final da reunião. **Dimas/Faxinalenses** manifesta que gostaria de que fizessem em outro momento para que conheçam melhor as propostas dos candidatos. Plenária discute que irão encaminhar a data de imediato se a votação for para reunião em outro momento. **Misael/Ilhéus** explica que é melhor fazer em outra reunião por conta da dificuldade que o pessoal online está de escutar e não seria justo de quem não está presencial não votar. O pessoal que não está deve votar também, e podem marcar a data agora. **Laysmara/Povos de Terreiro** reforça que são 3 conselheiros apenas que estão ausentes. **Secretária Executiva** afirma que os conselheiros governamentais podem sair da sala e a sociedade civil faz a votação. Os conselheiros da sociedade civil avisam no grupo que irão fazer a votação. Todos retornam após a votação. Foi decidido que a Laysmara é indicada para presidência. **Laysmara/Povos de Terreiro** comunica que essa eleição representa a nova cara do Conselho, com composição nova, é significativa a presença de mulheres nesse momento. O trabalho é feito em conjunto e democrático assim como foi colocado nas propostas da Conferência. Jean foi indicado como vice-secretário geral. **Jean/Quilombola** se coloca a disposição para contribuir mais. O Conselho é um espaço para dialogar e conseguem sempre achar um meio termo, são um coletivo. Pretende entender mais o funcionamento do Conselho. **Laysmara/Povos de Terreiro** pede para que após a reunião

448 dos conselheiros governamentais, informem no grupo a decisão, antes da próxima  
449 reunião. **Pauta: 14. Projeto placas solares para o PCT ilhéus do Rio Paraná.**  
450 **Secretária Executiva** resume a respeito da pauta. Encaminhou o ofício por E-protocolo  
451 para a COPEL, pois enviado por e-mail não estavam verificando. O protocolo já está  
452 tramitando e está sendo aguardado o retorno. Acredita que após a inserção da COPEL  
453 como convidada terão um diálogo mais próximo. A pauta dos ilhéus e dos pescadores  
454 artesanais foram unidas, colocadas no mesmo ofício e enviadas. **Presidente** cita ser na  
455 região do Superagui de Guaraqueçaba. Entrou o ponto da Ilha do Mel com a mesma  
456 situação, também será colocado placa solar. Na época que foi negociado com o  
457 presidente da COPEL, não existia possibilidade do conselho da COPEL aprovar o projeto.  
458 Custaria 16 milhões para a Ilha do Mel e mais 16 milhões para as ilhas de Superagui.  
459 **Misael/Ilhéus** diz já ter placa solar para os pescadores de Superagui. **Presidente**  
460 expressa que a COPEL disse ser outra tecnologia, com menos manutenção. Acompanhou  
461 a reunião em Ponta Oeste e do que foi dito lá, é possível o atendimento. Se a COPEL não  
462 colocasse, o Estado bancaria as placas. **Lucas/DPE** argumenta que a Defensoria está  
463 ciente do caso e também enviaram um ofício mas não tiveram resposta ainda. **Pauta: 10.**  
464 **Inclusão de cadeiras para mulheres de povos e comunidades tradicionais no**  
465 **Conselho Estadual da Mulher.** **Tatiane/Povos Ciganos** apresenta que na última reunião  
466 que esteve em pauta esse ponto, discutiram a importância da cadeira para mulheres  
467 PCTs em virtude das reivindicações específicas e violências dentro das comunidades.  
468 **Secretária Executiva** informa que no CEPI foi realizada uma discussão para a inclusão  
469 de cadeira para mulheres indígenas no Conselho da Mulher. **Ge/COPCT** informa que  
470 existe um número de vagas específicas, e só pode ser alterado em conferência.  
471 **Secretária Executiva** relembra que há uma câmara técnica de enfrentamento a violência  
472 junto a mulheres indígenas. Sugestão de encaminhamento da plenária: envio de um ofício  
473 para o Conselho da Mulher solicitando a cadeira para mulheres PCTs e ofício para a  
474 Coordenação de enfrentamento a violência da SEMIPI solicitando a criação de uma  
475 câmara técnica de enfrentamento de violência contra mulheres PCTs. **Tatiane/Povos**  
476 **Ciganos** compartilha ser de extrema relevância a inclusão das mulheres PCTs por serem  
477 discussões específicas que não são contempladas nas discussões de gênero do  
478 Conselho da Mulher. **Laysmara/Povos de Terreiro** fala que é uma forma de se  
479 organizarem nesses espaços de deliberação. **Tatiane/Povos Ciganos** ressalta a  
480 dificuldade de inclusão de ciganos nos espaços. **Laysmara/Povos de Terreiro** manifesta  
481 que deve existir essa provocação dentro do Conselho da Mulher, é importante que as  
482 violências sejam tratadas como parte das violências contra a mulher gerais. Sugere a  
483 solicitação ao Conselho da Mulher para inclusão de vagas para mulheres de povos e  
484 comunidades tradicionais como delegadas na Conferência da Mulher. Encaminhamentos:  
485 1. ofício para o Conselho da Mulher solicitando a inclusão de cadeira para mulheres  
486 PCTs. 2. ofício para a Coordenação de enfrentamento a violência da SEMIPI solicitando a  
487 criação de uma câmara técnica de enfrentamento de violência contra mulheres PCTs. 3.  
488 indicação do Conselho de mulheres para irem como delegadas na Conferência da Mulher.

489 **Daniele/SEAB** cita ser importante que mulheres agricultoras familiares também tenham  
490 cadeiras no Conselho da Mulher. **Laysmara/Povos de Terreiro** passa as datas das  
491 conferências, da Igualdade Racial 01 a 03 de julho e a Estadual da Mulher 05 a 07 de  
492 agosto. Encaminhamentos: 1. Propõe ofício para SEMIPI, (DIRPCT e COPIR) solicitando  
493 informações sobre as conferências municipais com relação a vagas para PCTs, para cada  
494 segmento se organizar quanto ao envio de delegados para a conferência estadual. 2.  
495 verificação da possibilidade da indicação de dois representantes do CEPCT/PR como  
496 delegados nas conferências (nos moldes do que ocorreu na conferência de meio  
497 ambiente). **Laysmara/Povos de Terreiro** complementa encaminhamento com a  
498 verificação da possibilidade da indicação de dois representantes PCTs como delegados  
499 nas conferências (nos moldes do que ocorreu na conferência de meio ambiente). **Pauta:**  
500 **15. Exigência de Licença Ambiental pela prefeitura de Curitiba para realização de**  
501 **ritos religiosos de matriz africana.** **Laysmara/Povos de Terreiro** comunica que para  
502 além de Curitiba existem situações semelhantes em outros municípios. Recebeu a  
503 situação de um terreiro em Curitiba que realizou um culto religioso, o terreiro não possuía  
504 alvará o que não tira legitimidade de ser território, em um sábado e foi até 20h da noite  
505 com atabaques e reunião de pessoas. Alguns dias depois uma fiscal da Secretaria de  
506 Meio Ambiente chegou questionando uma licença ambiental. Quando não chegavam fiscais  
507 da prefeitura chegam polícias com denúncias de perturbação de sossego. É racismo  
508 religioso. Fez uma carta e foi enviada ao Conselho de Igualdade Racial e enviada ao  
509 CEPCT também, explicando toda a situação. Relata que o som não estava alto, não houve  
510 aferição para medir o volume dos instrumentos já que a fiscal não tinha aparelho. Lê  
511 algumas partes da carta. Trouxe a pauta pois precisam de esclarecimentos da prefeitura.  
512 Encaminhamentos: 1. ofício para Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria de  
513 Igualdade Racial de Curitiba. 2. encaminhar o documento também para o município de  
514 Colombo. Pedindo esclarecimentos sobre a fiscalização de licença ambiental (perturbação  
515 de sossego) das casas de religião de matriz africana. **Laysmara/Povos de Terreiro** se  
516 dispõe auxiliar a redigir o documento. **Pauta: 21. Atribuição da secretaria-geral.**  
517 **Laysmara/Povos de Terreiro** traz a problemática da falta de informação sobre o  
518 andamento que é dado a partir dos encaminhamentos que saem das reuniões. Ainda que  
519 não saibam o andamento, deve haver um informe ao secretário ou ao vice-secretário para  
520 que o Conselho acompanhe. **Secretária Executiva** evidencia que a chave do protocolo  
521 do Conselho tem acesso limitado e coloca como problemática para garantir esse  
522 acompanhamento. Plenária discute se existe acesso da sociedade civil ao E-protocolo.  
523 **Secretária Executiva** fala que pode ser criado um E-cidadão para o Jean e ele pode ser  
524 colocado como interessado nos próximos protocolos que forem abertos.  
525 **Laysmara/Povos de Terreiro** indica que a partir disso ele informa no grupo o andamento  
526 de cada movimentação. Porém os ofícios via e-mail tem que ser pensados no formato  
527 para acompanhamento. **Secretária Executiva** diz que pode encaminhar os e-mails  
528 direcionados ao Conselho com cópia para o secretário e comunica no grupo caso haja  
529 alguma questão. Encaminhamentos: 1. criação do E-cidadão do Jean e inclusão dele



530 como interessado nos protocolos do Conselho. 2. ofícios via e-mail incluir  
531 encaminhamento para o secretário e vice. **Laysmara/Povos de Terreiro** refaz solicitação  
532 para que seja encaminhado os protocolos e e-mails para quem ocupa a secretaria-geral e  
533 a vice-secretaria. **Pauta: 20. Manifestação ao Conselho de Patrimônio do município**  
534 **de Curitiba sobre o Projeto de transformação das religiões de matriz africana em**  
535 **patrimônio imaterial.** **Laysmara/Povos de Terreiro** menciona que existe um projeto de  
536 lei que está há anos aguardando votação na Câmara Municipal de Curitiba para  
537 reconhecer as religiões de matriz africana como patrimônio imaterial. Foi retirado da pauta  
538 para tratar de uma pauta a respeito de abortos permitidos por lei. Foi criado um comitê de  
539 campanha para levar o projeto novamente a votação. Encaminhamentos: Propõe que o  
540 CEPCT se manifeste por meio de carta solicitando o Conselho Municipal de Patrimônio  
541 analisar a questão. Pede que segure o envio até o ok da conselheira conforme  
542 deliberação do comitê, para evitar antecipar uma discussão sem o devido alinhamento do  
543 segmento. **Pauta: 23. Criação do GT do Plano Estadual de Política Públicas para**  
544 **PCTs.** **Laysmara/Povos de Terreiro** explica que as propostas da Conferência divididas  
545 em 5 eixos podem virar boa parte do texto do plano mas precisam escrever, então após o  
546 término do regimento devem realizar o início da escrita do plano. **Felipe/SEMIPI**  
547 contextualiza acerca da reunião realizada junto ao planejamento para definição dos  
548 planos, cita a ideia de contratação da SETI para realizar os levantamentos que foram  
549 citadas na reunião, e realiza as falas sobre os planos prioritários. Para o plano de PCTs e  
550 indígenas está sendo estabelecido um fluxo para iniciar ainda esse ano os estudos, há  
551 uma estrutura que deve ser seguida e pode ser pensada em conjunto com o Conselho e  
552 com a SETI. Não é algo imediato e ao longo do ano voltarão nesse assunto.  
553 **Laysmara/Povos de Terreiro** questiona se há um cronograma. **Felipe/SEMIPI** expõe que  
554 a princípio não. Encaminhamentos: envio de ofício para o gabinete da SEMIPI  
555 questionando a elaboração dos planos e inclusão do relatório da conferência para estudos  
556 nas comissões permanentes do Conselho. **Misael/Ilhéus** fala que isso pode ser pauta das  
557 comissões permanentes, cada demanda dos eixos da conferência. **Pauta: 26. Minutas de**  
558 **documentos a serem apresentados pelo presidente.** **Presidente** compartilha uma  
559 demanda na CPLI da Ilha do Mel para que o Estado reconhecesse a comunidade. Na  
560 época argumentou que não seria a atribuição no momento mas que ficou de estudar um  
561 mecanismo para que o estado acolhesse a autodeclaração das comunidades. Após  
562 analisar as leis e decisões tomadas sobre o tema, escreveu uma justificativa e o jurídico  
563 da Casa Civil fez uma minuta da portaria de reconhecimento e que agora vai ter que  
564 passar pelo jurídico da SEMIPI. Vai disponibilizar a justificativa e a minuta da portaria.  
565 Adianta que faltam os formulários de inscrição com as informações que as comunidades  
566 terão que preencher. Insere uma caracterização do que é uma comunidade tradicional e o  
567 que não é necessário informar, para que não corram o risco de pseudo-comunidades se  
568 autoreconhecerem. Solicita 7 pontos: base demográfica, informações mínimas para que a  
569 SEMIPI monte uma genealogia, definição do território físico e simbólico, história baseada  
570 em memória oral, atividade econômica predominante, breves considerações do que

571 diferencia a comunidade da sociedade nacional e riscos a manutenção social. Esse são  
572 pontos que criam um mecanismo de reconhecimento que facilitaria o mapeamento das  
573 comunidades. Está disponível para alteração mas não é algo para se encaminhar hoje, e  
574 sim uma discussão para as próximas. Seria um mecanismo do Estado reconhecer essas  
575 comunidades e facilitaria as questões de CPLI, dando uma base para estruturar a política.  
576 **Misael/Ilhéus** questiona se seria para novos segmentos. **Presidente** nega.  
577 **Misael/Ilhéus** cita que isso não existe, pois a autodeclaração está prevista na OIT e não  
578 existe um reconhecimento para isso. No conselho nacional há uma câmara temática que  
579 avalia as solicitações de novas comunidades tradicionais, mas não é competência de  
580 ninguém determinar se o segmento é ou não. Pode ter uma avaliação do Conselho se  
581 uma comunidade está pedindo para ser reconhecida, mas o Estado não pode fazer isso,  
582 vai contra a OIT. **Tatiane/Povos Ciganos** declara que a autodeclaração tem sido um tiro  
583 no pé para os ciganos, pois pessoas que não são ciganas se autodeclaram e que  
584 inclusive no conselho nacional de PCTs a representação é de uma não cigana, e assim os  
585 representantes reais das comunidades tem ficado sem espaço, o que gera certa  
586 preocupação para o segmento. **Misael/Ilhéus** relata um caso similar. A APIG -  
587 Associação dos Ilhéus Atingidos pelo Parque Nacional de Ilha Grande - foi apropriada por  
588 fazendeiro, excluindo os ilhéus. Somente depois tomaram a APIG novamente. Destaca a  
589 importância da 169 e da organização dos segmentos para que cada comunidade possa  
590 fazer o reconhecimento dos seus pares. Precisa ter autodeclaração e carta da liderança  
591 como procedimento para que essa pessoa possa ser reconhecida como pertencente ao  
592 segmento. **Presidente** comenta que o que está sendo dito reforça a importância da  
593 proposição. Está aberto a discordâncias. Teve o cuidado de colocar o procedimento  
594 focado na autodeclaração, mas com critérios pois na 169 está escrito que é fundamental a  
595 autodeclaração. Toda autodeclaração passa por um processo, não há um centímetro de  
596 demarcação que ocorra sem laudo antropológico. A proposta é que a própria comunidade  
597 faça o processo da autodeclaração. A OIT 169 está voltada de maneira mais explícita  
598 para povos indígenas e quilombolas, apenas cita PCTs sem adentrar. Há uma carência de  
599 justificativas, propõe isso como um mecanismo para que se reconheçam as  
600 especificidades e os procedimentos para cada segmento dos povos e comunidades  
601 tradicionais. **Lucas/DPE** argumenta que as comunidades deveriam provocar essa  
602 necessidade de autodeclaração. **Misael/Ilhéus** pergunta se caso a comunidade escolher  
603 não fazer o procedimento, será excluída. **Presidente** nega, mas seria muito benéfica a  
604 declaração. Se compromete a encaminhar os documentos no grupo para análise e  
605 declarações posteriores. **Secretária Executiva** sugere que as comissões avaliem os  
606 documentos e façam suas considerações de maneira mais resumida na plenária.  
607 Encaminhamentos: as comissões avaliarão os documentos e farão suas considerações  
608 de maneira mais resumida para apresentação em plenária. **18. Votos a Claudio**  
609 **Iovanovitchi.** **Presidente** sugere uma moção de reconhecimento e louvor à trajetória de  
610 liderança popular nas causas PCTs de Claudio Iovanovitchi, falecido na semana anterior.  
611 Talvez o mais antigo entre nós que militou na causa, o primeiro cigano a ocupar a cadeira

612 de povos ciganos no CEPCT. Cita que concorda com o pensamento de Claudio de que o  
613 preconceito não vive na luz, a educação é luz para combater ao racismo. Plenária  
614 aplaude e apoia a publicação da moção. **Laysmara/Povos de Terreiro** propõe  
615 encaminhamento de carta para Fundação Cultural de Curitiba para que práticas, editais e  
616 qualquer ação da Fundação que se trate dos ciganos que o Conselho seja consultado.  
617 **Lucas/DPE** afirma que é necessário verificar os editais e fazer algum tipo de ação para  
618 que as comunidades sejam devidamente contempladas nos editais de cultura.  
619 **Tatiane/Povos Ciganos** reforça que para além de se apropriarem de algo que não  
620 sabem, passam informações incorretas. Encaminhamentos: 1. elaboração de uma moção  
621 de reconhecimento e louvor à trajetória de liderança popular nas causas PCTs de Claudio  
622 Iovanovitchi. 2. carta para Fundação Cultural de Curitiba para que práticas, editais e  
623 qualquer ação da Fundação que se trate dos ciganos que o Conselho seja consultado, e  
624 envio da moção. **Pauta: 24.Sistematização de demandas PCTs para o orçamento de**  
625 **2026.** **Presidente** indica que surgiu uma oportunidade para o orçamento de 2026, que  
626 seria feito pela SUDIS mas será feito em conjunto com a SEMIPI também. Pegaram as  
627 demandas das duas conferências, identificaram o que já existe no orçamento, e vão  
628 lançar um formulário para que cada comunidade apresente uma prioridade. Não é  
629 garantia de execução, mas que seja incluso no orçamento. Estão fazendo o procedimento  
630 de encaixar o que já é possível no orçamento existente. Irão fazer via Casa Civil um  
631 agregado de políticas públicas para indígenas e PCTs. Gostaria que o CEPCT fizesse  
632 patrocínio, um co-promotor da consulta, e que cada um divulgue nos seus segmentos  
633 para preencher o formulário. **Misael/Ilhéus** questiona se é por segmento. **Presidente**  
634 responde que é por comunidade. Encaminhamentos: Conselho aprova a coparticipação  
635 no levantamento. Reunião encerrada.